

Um Debate sobre Corpos Infantis Negros e Escola

A Debate about Black Children's Bodies and School

Geisa Hupp Fernandes Lacerda¹
Edeson dos Anjos Silva²
Claudete Beise Ulrich³

RESUMO: Esse artigo desdobra o debate pautado na relevância de entender a educação proposta por Paulo Freire, tendo como partida o documentário “*Menino 23 Infâncias perdidas no Brasil*”, fundamentando como o corpo infantil negro (preto e pardo) cresce condenado a exploração e invisibilidade. É uma pesquisa qualitativa, de cunho documental, que parte da análise do documentário relacionando de modo crítico com a necropolítica dos corpos infantis negros (pretos e pardos). Descortinando e denunciando as negligências perante a sociedade, inclusive no espaço escolar. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo sulear as infâncias negras (pretas e pardas), além de discutir o racismo e a necessidade latente de práticas pedagógicas antirracistas que promovam representatividade no cotidiano escolar. Articulando e reforçando necessidade de romper com o biopoder e a necropolítica e visibilizar no espaço escolar, a história e cultura das infâncias negras (preta e parda), retirando os discursos de ódio e condenação historicamente aplicados e ressaltando a necessidade de perceber a importância que carrega a representatividade no período escolar, momento importante na constituição da identidade dos estudantes, enfatizando a proposta de articular o documentário aos dias atuais, os resultados descrevem que para reverter ou minimizar o racismo nos corpos infantis negros (pretos e pardos) é primordial a implementação/intervenção da pedagogia antirracista no âmbito educacional.

PALAVRAS-CHAVE: infância, corpos, escola, eugenia, racismo, representatividade.

ABSTRACT: This article unfolds the debate based on the relevance of understanding the education proposed by Paulo Freire, taking as a starting point the documentary “*Menino 23 Infâncias Perdidas no Brasil*”, substantiating how the black (black and brown) child body grows up condemned to exploitation and invisibility. It is a qualitative research, of a documentary nature, which starts from the analysis of the documentary, critically relating it to the necropolitics of black (black and brown) children's bodies. Uncovering and reporting negligence in society, including in schools. In this way, the present work aims to support black childhoods (black and brown), in

¹ Mestra em Ciências das Religiões (FUV). Graduada em Pedagogia (FAVI). Graduanda em Ciências das Religiões (Faculdade Unida). Contato: ge.lacerda@hotmail.com

² Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação Profissional em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória (PPGP-CR). Doutor em educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestre em Ciências das Religiões Faculdade Unida de Vitória (FUV). Professor de matemática da Rede Estadual do Rio de Janeiro (Seeduc). Contato: edeson.anjos@hotmail.com

³ Doutora e mestra em Teologia (Faculdades EST). Pós-doutorado em História (UFSC), Estágio-Pós-doutoral em Educação (UFES). Graduada em Teologia (Faculdade EST) e Licenciada em Pedagogia (UDESC). Professora no curso de graduação de Teologia, na Licenciatura em Ciências das Religiões e no Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Ciências das Religiões na Faculdade Unida de Vitória-ES. Contato: claudete@fuv.edu.br



addition to discussing racism and the latent need for anti-racist pedagogical practices that promote representation in everyday school life. Articulating and reinforcing the need to break with biopower and necropolitics and make the history and culture of black childhoods (black and brown) visible in the school space, removing the historically applied hate and condemnation speeches and highlighting the need to realize the importance it carries representation during the school period, an important moment in the constitution of the students' identity, emphasizing the proposal to articulate the documentary to the present day, the results describe that to reverse or minimize racism in black (black and brown) children's bodies, implementation/ intervention of anti-racist pedagogy in the educational sphere.

KEYWORDS: childhood, bodies, school, eugenics, racism, representation.

1. INICIANDO A CONVERSA

Essa pesquisa trata da importância em debater a educação e corpos infantis negros (pretos e pardos) proposta por Paulo Freire (1979, 2012) e sua motivação em combater a educação alienada dos sujeitos marginalizados pelo sistema hegemônico que vislumbra o poder sob a relação de dominado e dominante, no caso corpo infantil negro (preto e pardo) acometido pela invisibilidade e racismo desde tenra idade. Sendo assim, entendemos que partindo do banzo, que é uma metáfora de sofrimento dos corpos negros (pretos e pardos), é preciso emergir formas de resistir, uma delas é tencionando através desta escrita projetando uma educação antirracista.

Nesse contexto, tal pesquisa tem por objetivo sular as infâncias negras (pretos e pardos), o racismo que essas infâncias vivenciam e práticas que promovam representatividade no cotidiano escolar, assim como denunciar as múltiplas facetas do racismo partindo do entendimento de como a necropolíticas adentra nos cotidianos das infâncias negras desde tenra idade, sobre as interfaces da necropolíticas⁴, Mbembe (2028, p. 135) corrobora quando saliente que “[...] Nesse caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é”.

⁴ Baseado em Foucault o filósofo Achille Mbembe (2008) cria o conceito de necropolítica, que é a decisão do Estado referente a morte, necropolítica é a política de morte, em todo seu trabalho o autor supracitado destacada que os corpos vulneráveis a está política são os corpos negros (pretos e pardos).

Trata-se de uma pesquisa de cunho documental, mapeando a exclusão e racismo, iniciando pelo documentário “Menino 23: Infâncias perdidas no Brasil”⁵, filme marcado pela exclusão baseada na raça/cor de meninos negros (pretos e pardos) abandonados pelo poder público e escravizados a tutela de um regime nazista numa fazenda no interior de São Paulo, reportagens e demais artefatos documentais que descortinam o mito da democracia na infância e corrobora em apresentar propostas antirracistas para as infâncias no cotidiano educacional. Sobre a pesquisa documental Sá-Silva *et. al* (2009, p. 5) descreve: “o conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos, visto que documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres”.

Partindo da realidade do documentário que apresenta a compreensão do contexto histórico de segregação no Brasil por raça/cor, que permitiu a adoção de cinquenta meninos negros (pretos e pardos) submetidos ao trabalho escravo na fazenda Santa Albertina, marginalizados sob a luz de um racismo biológico em pleno século XX, ligamos os ideais de Freire (2002), para uma educação que valoriza a vivência do sujeito e o coloca no centro do processo educacional, a fim de tira-lo dessa alienação e colocar fim na exploração hegemônica da sua força de trabalho.

Tratando das questões propostas em direção a uma pedagogia libertária, essa pesquisa trabalha sob a problemática e profunda reflexão do pensamento da eugenia e racismo no Brasil para com os corpos negros (pretos e pardos) infantis, interligando a educação eugênica e higienista. Partindo do proposto, coloca-se a pensar em como é possível interpretar as mazelas do racismo atualmente e a representatividade da infância negra (pretos e pardos) no cotidiano escolar? Como os corpos infantis negros (pretos e pardos) sofrem racismo? E como isto afeta sua construção de identidade?

Neste contexto a relevância desta escrita tenciona em articular que corpos infantis negros (pretos e pardos) são condicionando a metáfora do sofrimento desde tenra idade, recebendo um tratamento diferenciado onde o corpo infantil negro tem a negação de direitos, na maioria das vezes pela ótica do racismo, neste sentido Gomes (2023), aborda que o racismo chega nos corpos negros (pretos e pardos) na primeira infância, arrastando essas mazelas ao todo processo de vida.

⁵ Equipe Técnica: Direção Belisario Franca, Roteiro: Bianca Lenti e Belisario Franca, Produção Maria Carneiro da Cunha, Produção Executiva: Cláudia Lima, Edição Yan Motta, Música: Armand Amar e Fotografia: Thiago Lima, Mário Franca e Lula Cerri. Fonte: <https://www.menino23.com.br/>.

Para justificar a necessidade de tal escrita tomam-se como base os fatores de exclusão dos corpos infantis negros (pretos e pardos) apoiados em Gomes (2017), nas suas vivências submetidas ao racismo, institucional e estrutural, desses sujeitos na sociedade atual e na instituição escolar. Sua marginalização e sua evidenciação em índices de desemprego, pobreza são apresentados pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2018), que ao fazer referência ao trabalho infantil, relatam que 1.835 crianças de 5 a 7 anos trabalhavam, sendo brancas 35,8%; O percentual de pretas ou pardas chega aos 63,8%. Cabe ressaltar, que esse é um fator histórico, já que relativo ao processo de escravização brutal dos desembarcados no mercado do Valongo, no Rio de Janeiro no início do século XIX, compõe ressaltar que existiam crianças, totalizando 4% da população negra, advindo da diáspora. Diante o cenário a que eram submetidos, apenas 1/3 sobreviviam até os 10 anos como aponta Del Priore (2013).

Com o discurso da abolição, o genocídio aos corpos que estruturam o Brasil foi amplamente arquitetado, os anos 30 e 40 demarcam a eugenia, e o documentário menino 23 evidencia isso de forma ampla.

Esse Brasil, com um passado recente escravista, que manifesta a desigualdade de maneira severa perante a população negra (pretos e pardos) retrata os quesitos de desigualdades em índices de desemprego e invisibilidade que são constantes na vida do corpo negro (pretos e pardos). Neste sentido, ainda é importante ressaltar que de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, (2010) a maioria da população brasileira é composta por negros (pretos e pardos), totalizando 54%. Porém, seguindo nessa mesma perspectiva, conseguimos perceber que mesmo sendo a maioria da população, os corpos negros (pretos e pardos) na sociedade brasileira sofrem diversas mazelas, e uma delas é o extermínio de vidas como as de Agatha, menina morta a “bala perdida” como nos diz Luchese (2019) e Miguel menino que caiu do 9º andar de prédio no Recife deixado pela patroa de sua mãe no corredor como explicita G1 (2019), o que arrebatou como o corpo negro (preto e pardo) infantil é um corpo descartável, menosprezado.

Sendo assim, como movimento contra político, surgiu o interesse em pesquisar e escrever sobre a realidade das infâncias negras (pretas e pardas) como sujeito social e histórico produtor de cultura, sua realidade e as dificuldades enfrentadas em seu cotidiano e sua vida escola. Sobre este fato Gomes (2023, p.27) salienta que “As crianças, nesse contexto ainda mais precisam ser ouvidas.

Como têm lidado com esses tempos de desumanização? O que pensam sobre isso? Como esse contexto as atinge?”.

Portanto, escrever essas linhas sobre os corpos negros (pretos e pardos) infantis que necessitam se encontrar no caminho de direitos é o Sul dessa pesquisa. Enfatizar a necessidade de perceber a importância que carrega a representatividade das infâncias negras (pretos e pardos) no período escolar e fazer da prática pedagógica encontro de teoria e prática que diz tanto sobre igualdade. Outrossim, Freire (1996, p.61) salienta que “É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.” Em busca de uma práxis transformadora que essa pesquisa é pensada e escrita, para que menos crianças sofram preconceitos e se vejam deslocadas dentro do seu próprio corpo.

2. CORPOS INFANTIS NEGROS: UMA ARTICULAÇÃO ENTRE O DOCUMENTÁRIO MENINO 23 E A EDUCAÇÃO FREIRIANA

Pensar no contexto da educação interligado a questão racial de corpos negros (pretos e pardos) infantis remete voltar ao pensamento de Freire, no qual têm suas bases epistemológicas voltadas às narrativas da inclusão social e da educação como prática de liberdade para dar voz aos sujeitos invisibilizados. No sistema raça/cor e corpos infantis denunciar a invisibilidade é confrontar o racismo, fome, educação de qualidade e o direito à vida.

Neste processo, o pensamento Freiriano a respeito da educação e seus conceitos de inclusão e exclusão, é uma temática de grande importância, para pensar em uma educação humanitária, coletiva, permeando a autonomia através da educação como narrativa reflexiva, compreendendo que todos aprendem mutualmente nesse processo.

Tecendo a luz da teoria de Freire (2002), entendemos a educação como inclusão o processo de envolver e acolher a todos de forma igualitária. No ambiente escolar incluir significa pensar em maneiras de tornar comum a todos as mais diversas formas de educar, diminuir através dos processos educacionais todas as diferenças, sejam elas físicas, sociais, culturais, ou outras quaisquer. Para Freire a exclusão e a marginalização são grandes problemas da educação e para se obter uma

educação de qualidade é necessário pensar em uma maneira de mudar os alicerces educacionais e partir de um novo viés que envolva os alunos no seu próprio processo de aprendizagem.

Neste sentido, a base epistemológica da educação proposta por Paulo Freire (2002) vem na contramão desse modelo hegemônico visando tirar o sujeito da alienação, o processo de alienação está amplamente interligado as práticas racistas no cotidiano destaca formas de violências simbólicas.

A educação deve compor um projeto pedagógico com o objetivo de interagir criticamente com a realidade do sujeito em sua realidade em busca da justiça social e pensar em educação para essa parcela excluída da sociedade surge da necessidade que Paulo Freire enxerga de dialogar com a realidade do aluno oprimido pelo sistema capitalista e sua hegemonia e proporcionar através da educação a possibilidade de mudança dessa realidade. Quando o sujeito toma consciência de que é explorado ele é capaz de fazer um movimento em busca da transformação, questionar e buscar mudanças.

Calazans (2024) *et. al* (2024, p.4) destaca a relevância da educação como emancipação social emergindo na questão étnico-racial, [...] e quando educamos as crianças para elas se sirvam do seu próprio entendimento e para que elas tenham conhecimento sobre as questões étnica e “raciais” e do racismo, ajudamos elas a não reproduzir tais atos que outrora foram realizados.

A partir desses pensamentos de Paulo Freire a respeito de educação popular e os esfarrapados do mundo propõem-se nessa pesquisa interpretar o documentário *Menino 23 Infâncias perdidas no Brasil* (2018), assimilando a realidade de meninos, invisibilizados, escravizados e submetidos a um sistema onde a relação de poder fala mais alto que os direitos como cidadãos. São meninos que perdem a identidade e são enumerados, escravizados numa condição desumana por serem órfãos, negros (pretos e pardos) e pobres, o “tipo” de pessoa que a sociedade não questionaria os maus tratos e nem mesmo questionaria a forma de suas adoções.

Menino 23 trata de temáticas espinhosas, fomenta reflexões sobre racismo, exploração do trabalho infantil negro, trabalho escravo, fascismo e direitos humanos, portanto, uma película de temas muito atuais, conforme afirmou o diretor do filme: “Com todas essas informações, me chocou mais ainda perceber que várias daquelas coisas ainda estão presentes na sociedade brasileira de hoje”. (Franca, 2017 *apud* Souza, 2018, p.213).

Analisando o documentário é perceptível que o corpo infantil negro (preto e pardo) excluído, marginalizado, invisibilizado é a realidade da maioria dos esfarrapados do mundo que Paulo Freire quer dar a possibilidade de libertação. No documentário o menino cujo número recebido dá título ao filme, relata como foi a vida e a realidade numa época em que foi abolida a escravatura, mas não acabou a escravidão.

Com a adoção viabilizada pelo governo, meninos foram tirados “legalmente” de um orfanato, escolhidos como bichos num movimento como a brincadeira de “galinha gorda” com balas, já com intuito de medir as forças e auxiliar para a escolha daqueles que seriam sujeitados a longas e tortuosas horas de trabalho escravo numa fazenda.

Após quase uma década de abusos no cativoiro, os meninos órfãos ou abandonados, despersonalizados por meio de números, tiveram o cárcere encerrado. As porteiras se abriram para os então adolescentes e, novamente, estavam abandonados à própria sorte. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra junto aos Aliados, o presidente Getúlio Vargas decretou a criminalização de qualquer menção ao nazismo, de forma que os meninos de outrora, então jovens negros, representavam uma ameaça aos Rocha Miranda. (Franca, 2017 *apud* Souza, 2018, p.213).

Esse processo mostra o quanto o Brasil é fundamentado pelo falso mito da democracia racial e articula práticas racistas. Assim, necessário conceituar racismo de acordo com Munanga (2005, p.8) que

[...] é a ideologia que postula a existência de hierarquia entre grupos raciais humanos. É um conjunto de ideias e imagens vinculadas a grupos humanos, baseadas na existência de raças superiores e inferiores. O racismo individualizado manifesta-se por práticas discriminatórias de indivíduos contra outros indivíduos. O racismo institucional está presente, por exemplo, no isolamento dos negros (as) em determinados bairros, escolas e empregos. Também está presente no currículo escolar e nos meios.

O racismo se tornou um instrumento no país a fim de rebaixar o outro corpo, menosprezado, subalternizado. Mascarando a existência do racismo biológico existente e alimentando um mito, a democracia racial se trata de uma ideologia histórica que minimiza e apaga as memórias de confrontos e resistência do povo negro (preto e pardo) escravizado sob a ótica de uma abolição que nunca existiu, a crença de negros libertos, mas que na realidade foram abandonados por um sistema que não os integrou a sociedade, mas os marginalizou historicamente como exposto.

De acordo com Souza (2018), o racismo no campo biológico torna forte aliado para o genocídio da população negra (pretos e pardos). Souza (2018, p.203) ainda salienta que [...]As teorias racistas deveriam fundamentar “cientificamente” a ideia de aperfeiçoamento das raças, passando necessariamente pela moralidade e por um progresso civilizatório que seria transmitido hereditariamente.

O documentário “Menino 23”, mostra o quanto o corpo negro infantil (preto e pardo) é condicionado às narrativas da exclusão social. Aborda as vertentes de um corpo que foi e é escravizado por questões ligadas somente a raça/cor, que sofreu com os ideais de eugenia⁶ adotados nos primeiros anos do século XX e que sofre até os dias atuais por um racismo, ora velado, ora escancarado, mas que necessita de muita luta pra que seja visibilizado. Perder a identidade foi só a primeira agressão sofrida por esses meninos que receberam números no lugar de seus nomes, que foram colocados à sombra de um regime nazista como servos de uma ideologia que os minimizava e os reduzia a vassalos. Outrossim Silva (2022, p.27)) destaca a causa possível “[...] isto que o racismo impacta o desenvolvimento de crianças desde o começo da vida, impedindo o seu acesso à direitos. Impedindo-as de serem quem são: crianças”.

Neste sentido o documentário traça o histórico de como o corpo infantil negro é tratado no Brasil, com descaso e abandono. Outrossim, Souza (2018, p.128) enfatiza que “[...] o histórico de abandono da infância negra no Brasil joga luz sobre a realidade presente como compreender o fato de que negros são maioria nas prisões e nas periferias pobres dos grandes centros.

A não oportunização da população negra (pretos e pardos) está entranhada nas relações de poder existentes no país em uma reprodução histórica que sustenta a desigualdade. Apesar de mais da metade da população brasileira ser negra, os únicos locais que os negros ganham maior espaço são nas favelas, nos presídios e nas estatísticas negativas. O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN aponta que em (2016), 64% da população carcerária era composta por negros. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE traz dados de que entre os brasileiros que compõem o grupo dos 10% mais pobres, com renda média de R\$130 por pessoa na família, 76% são negros. Ou seja, três em cada quatro pessoas que estão entre os 10% mais pobres são negros.

O documentário aborda justamente essa desigualdade social baseada no quesito raça/cor e como o Estado é conivente com as situações de pobreza, violência e exploração sofridas pela

⁶ Segundo Kern (2015, p.04) A Eugenia é uma teoria que surge na Europa, com ideias de Francis Galton e Arthur de Gobinear. Gobinear ao visitar ao Brasil difunde a ideia da boa gênese, que era necessário, a raça pura. Gobinear defendia que o Brasil devido a miscigenação iria se extinguir em 200 anos, a miscigenação era o fracasso da sociedade, tudo registrado em seu livro “Ensaio desigualdades da Raça”.

população negra (preto e pardo) já que não trabalha investindo em políticas públicas que possibilitem integrar o negro (pretos e pardos) a sociedade com iguais oportunidades e direitos.

Pensar numa educação inclusiva, com pautas raciais, apoiadas em diálogos de Freire é desejar e crer que “o educador pode contribuir como uma assunção crítica da possibilidade e da passividade, para que se vá além da passividade a partir de posturas rebeldes, criticamente transformadoras do mundo” (Freire, 1997). É buscar a derrubada do sistema hegemônico que oferece educação alienada a fim de se perpetuar no poder. Nesse contexto, a escola como ambiente difusor de cultura e conhecimento precisa abrir caminhos para uma educação que liberte esses corpos infantis das mazelas do racismo.

3. CORPOS INFANTIS NEGROS, RACISMO NA ESCOLA

Ao fazer interligação do racismo na sociedade, entendemos que o sujeito não nasce racista, mas concordamos que desde a tenra idade, a partir das relações sociais já é possível notar que crianças reproduzem padrões e comportamentos que ilustram a exclusão pautada nas narrativas predominantes, a sociedade brasileira tem suas raízes estruturadas no pacto da branquitude, onde o corpo negro(pretos e pardos) se torna subalterno e inferior e isto desde colonização e principalmente o período higienista no Brasil, que colaborou para difundir o racismo de forma voraz e este discurso tão estruturado em na sociedade que as infâncias reproduzem esta lógica, referente a este processo Nilma Lino Gomes esclarece:

Há relutância na compreensão de que crianças pequenas entre si, na relação com os adultos e o mundo que as cerca, já nutrem interpretações e realizam ações pautadas na diferença racial. E mais, esses comportamentos apresentam estereótipos raciais negativos em relação aos negros. (Gomes, 2019, p.1017).

O racismo na infância muitas nasce de forma verbal e psicológica. A criança desde a tenra idade é estigmatizada por atitudes que muitas vezes passam despercebidas àqueles que não a sofrem, mas que marcam profundamente histórias de sujeitos que desejam se encaixar numa sociedade que foge aos seus padrões como explicitado na obra de Gomes (2019). Nesta ótica ampliando o contexto do racismo que tange a sociedade brasileira de forma estrutural, interligando a escola Nilma Lino Gomes (2012, p53)) destaca o racismo como:

Na forma individual o racismo manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos; podendo atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos. [...]A forma

institucional do racismo, ainda segundo os autores supracitados, implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos. Estas práticas racistas manifestam-se, também, nos livros didáticos tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva do povo negro no Brasil.

Nesse âmbito é necessário ressaltar que a marginalização do corpo infantil negro (preto e pardo) atualmente é consequência de um processo histórico do racismo, que vem desde a escravização do corpo negro (pretos e pardos) retirado de seu país e obrigado a se submeter a trabalhos em condições precárias, e como Del Priore (2013, p.02) ressalta, sobre o corpo infantil destaca que crianças negras, “ [...] entre 7 e 14 anos que até hoje, ainda cortando cana, continuam despossuídas das condições básicas de alimentação, moradia, saúde, educação e garantias trabalhistas”.

Gomes (2019) evidencia como o legado desses tempos sombrios nos permite identificar atualmente infâncias negras (pretos e pardos) que sofrem por julgamentos e marginalização atrelada a essa herança de exclusão que nossa história tristemente carrega, além da busca por caber nos padrões da sociedade que traz sofrimento ao processo de construção da sua identidade em meio aos conflitos internos e externos que tem que enfrentar diuturnamente. Com isso, a tendência para minimizar o sofrimento é a tentativa de apagar de seus corpos as características de identidade que as identificam como sujeitos negros (pretos e pardos) de ancestralidade africana, nesta perspectiva para Gomes (2019, p.1024) “[...] é urgente compreender os saberes que crianças negras e, em especial, as pequenas, constroem sobre si mesmas e sobre o universo social e racial que as cerca.

Nesse processo o desejo de se encaixar surge em crianças bem pequenas, quando tomam a consciência do ser diferente e desejam as mudanças para se adequar aos “padrões” de acordo com a cultura do branqueamento. São meninas e meninos que desejam os olhos claros como bonecas e heróis, os cabelos lisos e na moda do loiro, a cintura fina, o nariz arrebitado, tudo para se sentirem mais brancos e menos excluídos. Essas necessidades são frutos do processo eugênico e higiênico disseminado por anos, historicamente, em espaços escolares, familiares, na mídia, enfim, diferentes espaços sociais da criança em formação, que cresce sentindo falta de se ver representada e sendo exposta a um padrão de beleza que não corresponde ao seu biotipo, raça e cor.

Pensar que esses corpos negros infantis (pretos e pardos) vivem à mercê da aceitação e sob o temor da reprovação e por isso se autoflagelam é algo tórrido e perturbador. São crianças que se

mutilam e se reprovam por não se sentirem representadas. Crianças que desejam se encaixar e só pretendem uma coisa ao tentarem obedecer aos padrões: minimizar o sofrimento de ser diferente num país onde o seu diferente é o tido como feio e sujo. São crianças negras (pretas e pardas) que sonham em se colocar nos lugares sociais que não sejam os novos quartinhos de empregados, a cozinha, os serviços gerais, ou quaisquer outros locais secundários. São corpos negros infantis que almejam enxergar um futuro não predestinado a sua frente, e por isso sentem a necessidade de se branquear para caber como nos diz Gomes (2019).

O corpo negro (preto e pardo) não é o padrão de beleza aceitável na sociedade, sua representação não é valorizada à luz da história como modelo de virtude e admiração. Sendo assim, é relevante pensar em como o corpo negro (preto e pardo) infantil se sente frente a essas lacerações identitárias a qual se submetem tentando se perceber como sujeito social. Prudente e Souza no artigo intitulado “Preto não é criança, é menor” (2021) traz a luz do conhecimento as mazelas sociais que corpos negros (pretos e pardos) infantis enfrentam cotidianamente e que muitas vezes acabam nesse território necropolítico, da morte do corpo negro hostilizado.

As autoras destacam que o “menor” são crianças que deixam de assim ser chamadas para serem relatadas como possíveis delinquentes. Menores mortos vítimas da sociedade que os marginaliza. Corpos negros infantis (pretos e pardos) que viram estatística vitimizados por sujeitos brancos que pertencem à alta sociedade privilegiada. Prudente e Souza (2021), destacam o estigma dos corpos negros infantis (pretos e pardos) já condenados à morte física, do corpo que vira notícia, a falta de identificação e representatividade positiva, simplesmente por nascer sentenciado por sua herança genética que os designa sob a ótica de que

Preto não é criança, é menor! E menor é delinquente. Um suspeito já sentenciado infrator. E a máxima dos que estão alocados nas esferas de poder e de parte da população brasileira é “bandido bom é bandido morto”, uma releitura do higienismo de Nina Rodrigues descrito em “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil (PRUDENTE, SOUZA, 2021).

Corpos negros infantis já nascem réus, criminosos, infratores, culpados, até que se prove o contrário. Se conseguir é claro! É baseado em todo esse enredo, de infâncias negras condenadas e perdidas, com nomes de Miguel, Agatha, Henry, João Pedro, Emilly, Rebeca, Kauan e tantos outros, unidos num laço de mortes violentas, vítimas do preconceito por raça/cor, que reafirmam

a relação de poder do racismo que se destaca em nomes pretos que viram notícias por compor os marcadores sociais de violência como nos apontam Prudente e Souza (2001).

É necessário dar vez, voz e fala a essas infâncias negras para que elas não sejam perdidas. Resgatar o histórico de luta e conquistas do povo negro ao longo dos tempos. Enaltecer seus feitos e sua relevância na construção do país, através da promoção de uma educação que segundo Carneiro e Russo (2020, p.120) “favoreça as africanidades... para a reconstrução histórica da resistência do povo negro no Brasil”. O corpo negro excluído tem necessidade de representatividade e reconhecimento, portanto criar narrativas pedagógicas antirracistas é humanizar a educação em buscas de novos olhares a esses sujeitos, crianças, negros (pretos e pardos), excluídos e marginalizados, mas que podem através da desconstrução das narrativas tornar-se sujeitos críticos, entendidos de sua história e de suas conquistas e capazes de mudar suas realidades. Se transformar e transformar seu meio social com base no conhecimento adquirido pela educação fomentada na pedagogia antirracista que valoriza sujeitos históricos dotados de cultura. Sobre este fato anunciando a pedagogia antirracista Nilma Lino Gomes (2023, p.2) destaca que:

[...] pedagogia das emergências tem como objetivo fazer emergir o protagonismo do Movimento Negro na relação com a educação, a comunidade educacional, a pesquisa e os movimentos sociais. Tem como tarefa repensar a escola, descolonizar os currículos. Ela poderá nos levar ao necessário movimento de descolonização do conhecimento.

Articulados com Gomes (2023) a pedagogia das emergências é uma pedagogia antirracista⁷, que fundamentada nas narrativas de dar voz e vez a história do povo preto, de trazer para o chão da escola a cultura da nossa ancestralidade africana é tão necessária aos tempos atuais e deve ser vista como a arma potente que temos em mãos para combater o biopoder.

Foucault (2012) define como biopoder a forma de governar a vida. Foi posta em prática no Ocidente a partir do século 17. Em suma é a técnica de poder que deseja produzir corpos economicamente ativos e politicamente dóceis. Gomes e Teodoro (2021) fazem uma reflexão sobre

⁷ Neste texto tecemos a concepção de Lacerda abrange que a pedagogia antirracista como movimento de trazer um enfrentamento para repensar o currículo embranquecido, que requer novos/outros materiais didáticos e configuração de novos saberes possíveis em que a história, a cultura, a memória e a pedagogia possam ser articuladas frente à necessidade de educação da epistemologia negra. (Lacerda *et. al* 2021, p.19).

esse poder exercido nas relações entre Estado e sujeito, fundamentalmente crianças negras (pretos e pardos) pobres, e relaciona-o a política de morte que atinge esses corpos negros infantis (pretos e pardos), e a omissão do Estado em políticas públicas que possibilitem a essas crianças condições de viver.

O poder com intuito de disciplinar crianças chega ao Brasil apoiado no discurso de atendimento à criança pobre, ou ao chamado menor, mas esconde a intenção de criar corpos dóceis que não vão se rebelar diante a situações a que são submetidos. O surgimento do termo “menor” é associado a criança que comete prática criminosa e é autuada por agir fora da lei, pois julga-se que já tenham discernimento dos seus atos como salientam Gomes e Teodoro (2021). Pautado no discurso da República de Ordem e Progresso, os menores delinquentes são vistos pelo Estado como um potencial perigo, portanto essa infância pobre e abandonada amarga a marginalização e a falta de proteção do Estado que a pune e retira do convívio social submetendo-a ao poder disciplinar que atinge diversas instituições de segregação e exclusão, inclusive se destacando nesse processo a escola.

Freire, em *Pedagogia da Indignação*, já dialogava a respeito da necessidade de democratização do país e exaltava a relevância educacional para esse cenário de caos que o país carrega historicamente. Paulo freire (1997), no entanto, também já adiantava que somente a educação não seria capaz de conter todas as mazelas. O autor quando fala dessas crianças que matam crianças, dessa infância dilacerada, relaciona a educação a essa necessidade de conhecimento que liberta, da vida que vê a possibilidade de transformação para a continuidade e não é executada para sua finitude.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do exposto no documentário *Menino 23 Infâncias perdidas no Brasil* (2018) e discutindo sobre as mazelas apresentadas na história de um país que abandona seus sujeitos por sua pele retinta, negando suas raízes e sua cultura e os escraviza a própria morte pelo fator raça/cor, esse trabalho caminhou entre a década de 30, denunciando a educação e sociedade interligada a eugenia do tempo histórico da sociedade brasileira e a película à atualidade, onde o racismo e a necropolítica apagam as infâncias negras (pretas e pardas), retiram filhos dos braços de suas mães, bancos de escolas ficam vazios, nomes se tornam números e aos poucos a morte provocada pelo racismo adentra no esquecimento.

A política de morte os nos corpos infantis negros (pretos e pardos) são apresentados neste trabalho partindo da pesquisa bibliográfica, apontando a necessidade de acolhimento na sociedade do debate racial, articulado a construção de identidades negras (pretas e pardas), sendo umas dessas instituições como pilar estrutural o espaço escolar em seus processos formativos iniciais e continuados de professores para desconstruir práticas racistas. Para tanto, faz-se necessário e urgente que o âmbito escolar colabore com as mudanças de narrativas que defende o pacto da branquitude.

Portanto é necessário carregar em nossas certezas que o exercício da docência nas perspectivas de educação proposta por Freire é um caminho que permitirá visibilizar o corpo infantil negro (preto e pardo) marginalizado, sua cultura e enaltecer sua história. Consequentemente, a partir de novas pedagogias antirracistas poderemos esperar as infâncias negras o direito de longevidade, sonhos e saberes construídos para além de um discurso eurocêntrico.

A autora Barbara Carine (2023) destaca que práticas antirracistas se consolidam no sentido de denunciar o racismo onde este movimento tem como objetivo reverter ou minimizar a situação de violências aos corpos negros (pretos e pardos)

Essa pauta se faz urgente, o corpo infantil negro (preto e pardo) deve vivenciar o direito à vida, educação, saúde, lazer e memória ancestral. Desta forma, tencionar um currículo antirracista é fundamental no cotidiano da escola devido a estruturação colonial e paradigmas de exclusão, para assim possibilitar novas abordagens que tece uma nova história onde corpos de crianças negras (pretos e pardos) sejam incluídos em toda sua magnitude e não excluído por um falso discurso do mito da democracia racial.

Ainda sobre o currículo antirracista, faz-se necessário com mais de 20 anos da lei 10.639 de 2003 a urgência de trocas acadêmicas, como práticas antirracistas que estão sendo construídas e implementadas no cenário educacional com o objetivo de fortalecer as construções acadêmicas e epistemológicas da pedagogia antirracista, estas ações fortalecem novas narrativas denunciando o passado sombrio, como amplamente denunciado no documentário Menino 23, os corpos negros infantis (pretos e pardos), que precisam de representatividade positiva que se fortalece apenas com a concepção de um currículo antirracista.

REFERÊNCIAS

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. **Violência contra negros**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasdaviolencia/download/19/atlas-da-volienca-2019>> Acesso em: 18 out. 2021. <https://www.ipea.gov.br/atlasdaviolencia/download/19/atlas-da-volienca-2019>

BRASIL. **Lei nº9180 de 12 de janeiro de 2021**. Dispõe sobre a garantia de prioridade na tramitação dos procedimentos investigatórios que visem à apuração e responsabilização de crimes contra a vida e outros crimes com resultado morte, inclusive na modalidade tentada, que tenham como vítimas crianças e adolescentes, no âmbito do estado do rio de janeiro. Disponível em: <[http://normas-abnt.espm.br/index.php?title=Legislação,_documento jurídico](http://normas-abnt.espm.br/index.php?title=Legisla%C3%A7%C3%A3o,_documento_jur%C3%ADdico)>. Acesso em: 02 nov. 2021.

Calazans Carvalho, F., Muleka Mwewa, C., & Pereira da Silva, T. (2024). Contextos diversos dos livros didáticos de história do ensino fundamental I. **Cadernos Cajuína**, 9(2), e249209. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/issue/view/27>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

CARNEIRO, Carolina Zolin. RUSSO, Maria José de Oliveira. A criança negra e a representatividade racial na escola. **Cadernos de Educação**, v.19, n.38, p. 105-126, jan./jun. 2020.

Caso Miguel: novas imagens mostram menino que caiu do 9º andar sendo socorrido em prédio e levado a hospital. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/15/caso-miguel-novas-imagens-mostram-menino-que-caiu-do-9o-andar-sendo-socorrido-em-predio-e-levado-a-hospital.html>>. Acesso em: 20 jun. 2020

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2012. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_De_ficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 15 mar.2020.

DEL PRIORE, Mary. **A criança negra no Brasil**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/crianca-negra-brasil/>. Acesso em: 10 abr. 2021.



DA SILVA DUARTE, L. C. (2023). Menino 23: a história não contada. **Revista De Comunicação Dialógica**, (10), 47–52. <https://doi.org/10.12957/rcd.2023.79815> (Original work published 27º de outubro de 2023).

EMICIDA. **Noiz**. Lab Fantasma, 2013. Disponível em:
<<http://www.kboing.com.br/emicida/noiz/>>. Acesso em 18 out. 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber; tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

FREIRE, P. Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia, saberes necessários à prática educativa**. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2002. p. 39-42. p. 165.

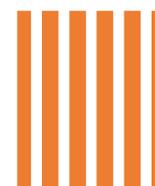
FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. 1 e 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 46ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

GOMES, Nilma Lino. Raça e educação infantil: á procura de justiça. **e-Curriculum**, São Paulo, v.17, n.3, p.1015-1044, jul./set.2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.23925./1809-3876.2019v17i3p1015-1044>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

GOMES, N. **O movimento negro educador**: Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ. Vozes, 2017.



GOMES, Nilma Lino. TEODORO, Cristina. Do poder disciplinar ao biopoder à necropolítica: a criança negra em busca de uma infância descolonizada. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 17 mai. 2021, p. 01 – 31.

GOMES, Nilma. **Infâncias Negras**: Vivências e lutas por uma vida Justa. Petrópolis, Vozes, 2023.

GOMES, Nilma Lino. **Pedagogia das emergências: por uma educação descolonizada e antirracista**. Disponível em : <https://www.extraclasse.org.br/geral/2023/03/pedagogia-das-emergencias-por-uma-educacao-descolonizada-e-antirracista-do-movimento-negro/>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** - 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/pnad/2014>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

IBGE. Somos todos Iguais? **Retrato: a revista do IBGE**. n. 11, maio, 2018. p. 5-17. Disponível em: https://agencianoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**, 2016. p.61. Disponível em <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2020.

KERN, da Silva. Gustavo. Biopoder e a constituição étnico-racial das populações racismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil. **Cadernos IHUideias**. São Leopoldo, 2015. Disponível: <https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/230cadernosihuideias.pdf>>. Acesso em: 17 de maio de 2024.

LACERDA, G. H. F.; SILVA, R. R.; ULRICH, C. B.. Formação docente e infâncias: construindo uma práxis antirracista nos desenhos da formação inicial e continuada: Teacher education and childhood: building an anti-racist praxis in the designs of initial and continuing education. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 15, n. 33, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4334>. Acesso em: 22 maio. 2024.

LUCHESE, Beth. **Polícia Civil diz que tiro que matou a menina Ágatha partiu da arma de cabo da PM**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de->



[janeiro/noticia/2019/11/19/policia-civil-diz-que-tiro-que-matou-a-menina-agatha-partiu-da-arma-de-cabo-da-pm.ghtml](#)>. Acesso em: 11 abr. 2021.

MARQUES, Luciana Pacheco. ROMUALDO, Anderson dos Santos. **PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3512/1/FPF_PTPF_01_0435.pdf>. Acesso em 02 nov. 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Revista do ppgav/eba/ufrrj**. n.32. dez. 2016.

MENINO 23 - **Infâncias perdidas no Brasil**. Direção de Belisario Franca. São Paulo: Produtora Torre, 2018.

MOITINHO, Sara. **A criança negra no cotidiano escolar**. Disponível em:< <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistatecias/article/view/24074/17043>>. Acesso em: 28 mar. 2021

MOREIRA, Jéssica. Aos 12 anos, menino de Perus publica livro de poesia sobre história negra no Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 dez.2017. Disponível em: <<http://mural.blogfolha.uol.com.br/2017/12/12/aos-12-anos-menino-de-perus-publica-livro-de-poesia-sobre-historia-negra-no-brasil/>>. Acesso em 15 nov.2021.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PINHEIRO, Barbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. Pinheiro, São Paulo, Planeta do Brasil, 2023.

PRADO, C. SILVA, F. SOUZA, V. **Infâncias olhares que se entrecruzam**. 2018.In: SOUZA, Sauloéber Tarsio de. **MENINO 23 - INFÂNCIAS PERDIDAS NO BRASIL: nazismo e integralismo em episódio de abandono de crianças negras na história da educação brasileira**. Minas Gerais, Barlavento, 2018.

PRUDENTE, Ana Vitória. SOUZA, Ellen de Lima. **Preto não é criança é menor!** Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/preto-nao-e-crianca-e-menor-po-ana-vitoria-prudente-e-ellen-de-lima-souza/> . Acesso em: 22 mar.2021.

SÁ-SILVA, J.R. ALMEIDA, C.D. GUIDANE, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I n.1. jul. 2009.

SILVA, Leticia. Carvalho. **Enfrentamento ao racismo desde a primeira infância:** uma análise dos marcos legais sobre o tema. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Enfrentamento-ao-racismo-desde-a-primeira-infancia-uma-analise-dos-marcos-legais-sobre-o-tema-.pdf>>. Acesso em 22 de maio de 2024.